

Agrobiodiversidade quilombola (em risco) no Marajó dos Campos: transformações nas roças em face a projetos desenvolvimentistas¹

Quilombola agrobiodiversity (at risk) in Marajó dos Campos: Changes in the country in face of the expansionist projects

Odenira Corrêa Dias^{*}
Monique Medeiros^{**}
Luís Mauro Santos Silva^{***}

Palavras-chave:
Comunidade quilombola
Arquipélago do Marajó
Agrobiodiversidade

Resumo: No município de Salvaterra, localizado no Arquipélago do Marajó, podem ser visualizadas iniciativas vinculadas a projetos desenvolvimentistas a partir da implementação do monocultivo de arroz e do abacaxi, bem como na construção de uma rodovia estadual. É a partir desse contexto que a presente pesquisa objetiva analisar a relação entre a chegada desses projetos e a atual configuração dos roçados da comunidade quilombola Vila União/Campina, município de Salvaterra. Para o alcance desse objetivo, partiu-se de uma abordagem metodológica qualitativa. Os principais instrumentais metodológicos mobilizados foram a pesquisa bibliográfica, a observação participante e entrevistas. Evidencia-se que, em face às consequências dos projetos desenvolvimentistas instalados no município, as famílias quilombolas de Vila União/Campina vêm construindo estratégias de reprodução socioeconômica e cultural para sua permanência no território. Dentre essas estratégias, destaca-se a busca pela manutenção da agrobiodiversidade.

Keywords:
Quilombola community
Marajó archipelago
Agrobiodiversity

Abstract: In the municipality of Salvaterra, located in the Marajó Archipelago, initiatives linked to developmental projects can be viewed from the implementation of rice and pineapple monoculture, as well as the construction of a state highway. It is from this context that this research aims at analyzing the relationship between the arrival of these projects and the current configuration of the swiddens of the quilombola community Vila União/ Campina, municipality of Salvaterra. To achieve this goal, a qualitative methodological approach was used. The main methodological instruments mobilized were bibliographical research, participant observation and interviews. It is evident that, in view of the consequences of expansionist projects installed in the municipality, the quilombola families of Vila União/ Campina have been building strategies of socioeconomic and cultural reproduction for their permanence in the territory. Among these strategies, the search for the maintenance of agrobiodiversity stands out.

Recebido em 10 de abril de 2024. Aprovado em 20 de maio de 2024.

^{*} Doutoranda e Mestra em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará (PPGAA/UFPA). Graduada em Agronomia pela Universidade Federal do Pará. E-mail: nira182017@gmail.com.

^{**} Doutora em Agroecossistemas, na área de Desenvolvimento Rural Sustentável, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/PPGA). Pós-Doutora, também na área de Desenvolvimento Rural Sustentável pela UFSC/PPGA. Possui mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural - PGDR da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e graduação em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) 'Julio de Mesquita Filho'. Professora Adjunta na Universidade Federal do Pará (UFPA), atuando no Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares. E-mail: mmedeiros@ufpa.br

^{***} Doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará (PPGAA/INEAF). Agrônomo formado na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Docente-pesquisador da Universidade Federal do Pará, do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares. E-mail: lmsilva@ufpa.br.

Introdução

Ao total, no Arquipélago do Marajó, estão distribuídas cerca de 40 comunidades quilombolas (Instituto Peabiru, 2011). A maioria dessas comunidades se encontra em territórios ainda não reconhecidos ou regularizados, na parte oriental do Arquipélago. Tal região é mais conhecida como Marajó dos Campos e compreende os municípios de Soure, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari, Ponta de Pedras, Muaná e Salvaterra.

Em Salvaterra, há 17 comunidades quilombolas autodefinidas, destas, 15 são certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Dentre essas 15 se localiza a Vila União/Campina, comunidade na qual o presente estudo foi desenvolvido. Historicamente, fundou-se grandes fazendas no município, mantidas por trabalho escravo, que impuseram a estes territórios o surgimento de comunidades quilombolas, como identidade e resistência (Acevedo Marin, 2009).

De acordo com Bezerra (2020), o município de Salvaterra em extensão territorial é o menor no Marajó com uma área total de 1.039 km², dividindo-se em cinco bairros (Centro, Coqueirinho, Marabá, Paes de Carvalho e Cajú) e cinco distritos (Salvaterra, Condeixa, Joanes, Jubim e Monsarás). Em contraste a isso, segundo Gomes et al. (2018) e Brasil (2006), o município também se caracteriza como um dos municípios com o maior número de comunidades quilombolas, além de ser o que possui a maior densidade de quilombos por quilômetro quadrado do país.

No entanto, até hoje, nenhuma comunidade quilombola de Salvaterra foi titulada. Considerando a data da primeira solicitação feita ao INCRA, no ano de 2004, faz pelo menos 20 anos que essas comunidades quilombolas lutam para que o direito previsto no artigo 68 do ADCT da Constituição Federal seja realmente efetivado.

No município de Salvaterra, as comunidades quilombolas, além de enfrentarem certa inércia institucional do Estado e a lentidão do trâmite judicial e administrativo, também se veem à mercê da violência de fazendeiros que invadem seus territórios etnicamente ocupados, afirmando terem propriedade sobre esses espaços (Campos, 2023; Lima Filho, 2014). Uma das formas de violação dos

direitos dos quilombolas se dá através da construção de cercas por parte de muitos fazendeiros, restringindo suas passagens para áreas de uso comum, assim como a utilização de recursos naturais, alegando estarem dentro do seu domínio de propriedade, o que tem dificultado a reprodução social das famílias (Lima Filho, 2014).

De acordo com Cardoso (2015), os conflitos pela apropriação dos territórios “evidenciam o confronto de duas lógicas relacionadas ao uso e à função do espaço”. Uma que percebe o território como “produto para o mercado de terras, exploração comercial, e outra que o percebe como dotada de capacidade primária de proporcionar a reprodução sociocultural do grupo” (Cardoso, 2015, p. 78). Nesse sentido, muitos desses conflitos surgem a partir da adoção do novo modelo de ocupação dos territórios na Amazônia, direcionados à expansão de atividades econômicas ligadas ao agronegócio, à construção de estradas, assim como outros projetos de desenvolvimento de padrão homogeneizador (Escada, Amaral e Fernandes, 2023).

No Marajó, esses projetos avançam principalmente com a expansão do agronegócio vinculado ao monocultivo do arroz, com os proprietários vindos de outros estados, até mesmo desapropriados de uma terra indígena do estado de Roraima, que é o caso do primeiro fazendeiro a chegar no Marajó, instalando suas atividades na região. No entanto, esses fazendeiros avançam com suas atividades sobre os territórios quilombolas e com isso uma série de conflitos se estabelece, visto que essas populações tradicionais secularmente ocupam seus territórios e desenvolvem suas atividades principalmente para a manutenção da unidade familiar. Também a partir dos conflitos, há a resistência e organização das populações que sofrem das diversas violações nos seus territórios.

Além disso, o abacaxi também ganha destaque no município de Salvaterra. Apesar de não ser um monocultivo ligado às grandes fazendas, é vinculado a um pacote tecnológico homogeneizador que impõe uma série de insumos químicos (adubos e agrotóxicos), além da motomecanização, ou seja, são outras formas de trabalho no campo, de manejo, de uso de ferramentas, que diferem daquelas habituais dos quilombolas. O abacaxi se expandiu para as comunidades rurais do município, como as

quilombolas, e passa então a ser cultivado pelos agricultores familiares e incluída nos seus sistemas produtivos.

Menciona-se ainda como uma das materializações dos projetos de desenvolvimento na região a construção da rodovia estadual PA-154 com cerca de 52 km de extensão, que interliga os municípios de Cachoeira do Arari e Salvaterra. A rodovia é uma das obras de infraestrutura e estratégia governamental para a promoção do “desenvolvimento” na região, e um dos seus objetivos é beneficiar o escoamento da produção do arroz. Assim, se impõe a dinâmica da “beira de estrada”, estratégia clássica e bem estudada por Velho (1972).

De forma relacionada a esses acontecimentos, a comunidade Vila União/Campina, que está localizada a 17km do centro de Salvaterra, e conta com cerca de 200 (duzentas) famílias, vêm experimentando transformações nos seus espaços, nas suas formas de produzir, até mesmo nos seus roçados tradicionalmente feitos.

Mesmo com tais mudanças trazidas pela intensificação da produção de arroz e abacaxi no município e materializadas também pela abertura da estrada que perpassa essa comunidade, nas roças e nos quintais produtivos, que também são importantes para as famílias agricultoras de Vila União/Campina, mantêm-se uma rica agrobiodiversidade, compreendida como uma parte importante da biodiversidade por abarcar elementos que se integram e interagem em uma produção agrícola, como os espaços cultivados para a criação de animais domésticos, as espécies manejadas, as plantas espontâneas, os insetos polinizadores, os predadores, e a diversidade genética a eles associados (Santilli, 2009).

As composições atuais dos roçados, na comunidade, são representadas pelo cultivo principalmente de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) e do abacaxi (*Annanas comosus* (L.) Merrill), além de espécies como maxixe (*Cucumis anguria* L.), melancia (*Citrullus lanatus* (Thunb.) Matsum & Nakai), milho (*Zea mays* L.), jerimum (*Curcubita* sp.), açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), banana (*Musa* spp.) e quiabo (*Abelmoschus esculentus* (L.) Moench). A mandioca possui centralidade na produção dos roçados de Vila União/Campina,

visto que seu cultivo para a fabricação da farinha de mandioca e de muitos outros derivados está entrelaçado com um cultivo que é repassado ao longo das gerações nessa localidade e que fortalece os vínculos de solidariedade entre as famílias.

Com a atenção direcionada a esses processos, este artigo objetiva analisar a relação entre a chegada de projetos e iniciativas desenvolvimentistas no Marajó dos Campos e a atual configuração dos roçados da comunidade quilombola Vila União/Campina, município de Salvaterra.

Para tanto, a abordagem utilizada neste trabalho foi a qualitativa, descrita por Proetti (2018) como possibilitadora de entendimento, descrição e interpretação de fatos. Os instrumentais mobilizados foram: a pesquisa bibliográfica (Rampazzo, 2002), entrevistas semiestruturadas, entrevistas de história oral, entrevistas abertas, observação participante (Angrosino, 2009), anotações em diário de campo e registro fotográfico.

Quanto às entrevistas semiestruturadas, ao todo foram realizadas 14 (quatorze), tanto com agricultores que possuem roças de mandioca e abacaxi, quanto com alguns que não possuem, para compreender os seguintes grandes grupos de informações: composição do núcleo familiar, a sua relação com as roças de mandioca e de abacaxi, e as transformações desses espaços, suas principais fontes de renda atuais, a compreensão destes quanto às mudanças nos territórios quilombolas, dentre outras informações. As entrevistas de história oral foram realizadas com 8 (oito) moradores, aqueles que possuíam uma vasta experiência de vida na comunidade, tanto homens quanto mulheres, que possuíam também alguma relação com o trabalho nas roças de mandioca e/ou abacaxi ou apenas a experiência de ter trabalhado com as roças. Também foram feitas 2 (duas) entrevistas abertas com representantes e lideranças da comunidade com o intuito principalmente de compreender sobre a história de formação da comunidade, do autorreconhecimento quilombola, do funcionamento da associação quilombola, das questões de saúde e educação na comunidade.

A técnica denominada “Bola de Neve” (Vinuto, 2014) apoiou na identificação dos interlocutores da pesquisa. Para a transcrição das entrevistas, utilizou-se a técnica de decupagem, que

consiste em recortes e ordenamento das entrevistas para posteriormente analisar os discursos com maior especificidade e rigor aos detalhes. Também se utilizou a técnica, proposta por Michelat (1987), de análises vertical (cada entrevista) e horizontal das entrevistas (o conjunto delas, em relação a cada questão). Os programas *Microsoft Word* e *Microsoft Office Excel* auxiliaram na organização e sistematização dos dados.

O trabalho de campo ocorreu durante o ano de 2023, nos meses de fevereiro e agosto. Anterior à realização das entrevistas e desenvolvimento da pesquisa em campo, houve um diálogo com os moradores da comunidade e possíveis interlocutores da pesquisa, assim como a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido para o uso dos dados nos trabalhos científicos advindos da pesquisa.

Ressalta-se que o presente artigo se vincula à pesquisa de dissertação de mestrado, desenvolvida pela primeira autora deste texto, no Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, da Universidade Federal do Pará.

Agrobiodiversidade e roças quilombolas

As roças em comunidades rurais, como as quilombolas, geralmente são protagonizadas pela presença da mandioca, tendo em vista que esta espécie é a base da alimentação dessas populações, além da sua importância cultural, ligada aos usos em diversas festas tradicionais, inclusive festas religiosas. A produção de mandioca é milenar para populações do campo, em especial para as comunidades quilombolas da Amazônia, apresentando-se em uma diversidade usos, desde a raiz, até as folhas, ramos, com distintas finalidades. Esse vínculo com o cultivo pode ser compreendido como um dos elementos de construção da territorialidade dessas comunidades. Como observado por Siviero e Lessa (2020), a ligação agricultor-variedade de mandioca é um sinônimo de ligação forte entre ser humano e natureza, e a compreensão deste laço é a chave para a conservação de variedades locais. Os autores ainda enfatizam que “os principais detentores de materiais silvestres e variedades crioulas de mandioca na Amazônia são as populações locais distribuídas nas diversas terras indígenas e os agricultores situados na

terra firme e nas barrancas dos rios” (Silveiro e Lessa, 2020, p. 225). Para essas populações, a mandioca é o alimento de base, presente em suas refeições diárias (Santilli e Empeiraire, 2001).

Geralmente, a mandioca é cultivada em consórcio com outras espécies vegetais, possibilitando maiores alternativas de consumo e venda e contribuindo com a conservação da agrobiodiversidade local e a manutenção da vida dos quilombolas em seus territórios. No intuito de compreender essa relação do ser humano e seus cultivos, emerge o conceito de agrobiodiversidade, que, de acordo com Santilli (2009), surgiu nos últimos dez a quinze anos em um contexto envolvendo diversas áreas de conhecimento, como Agronomia, Antropologia, Ecologia, Botânica, Genética dentre outras. Essa agrobiodiversidade reproduz as dinâmicas e complexas relações construídas entre as sociedades humanas, as plantas e os ambientes em que convivem. Assim como ocorre na biodiversidade ou diversidade biológica, em que a diversidade das formas de vida se relaciona com três níveis de variabilidade: a diversidade de espécies, a diversidade genética e a diversidade ecológica, na agrobiodiversidade também ocorre essa relação, pois inclui a diversidade de espécies (como as espécies diferentes de plantas cultivadas, a exemplo do milho, mandioca, tomate (*Solanum lycopersicum* L.), abóbora (*Curcubita spp*) etc., a diversidade genética, se expressa, por exemplo, nas variedades diferentes de feijão (*Vigna unguiculata* (L.) Walp.), milho, mandioca etc., e a diversidade de ecossistemas agrícolas ou cultivados, como exemplo, dos sistemas agrícolas tradicionais de corte e queima (Santilli, 2009; Machado, Santilli; Magalhães, 2008). Os autores afirmam também a importância das intervenções humanas para se compreender a agrobiodiversidade, “como as diferentes práticas de manejo dos agroecossistemas, os saberes e os conhecimentos agrícolas tradicionais, relacionados com o uso culinário, em festividades, em cerimônias religiosas etc.” (Machado, Santilli, Magalhães, 2008, p. 28).

O conhecimento local e a cultura podem, portanto, ser considerados partes integrantes da agrobiodiversidade, pois é a atividade humana da agricultura que molda e conserva esta biodiversidade (FAO, 2005). As comunidades quilombolas, desde

sua constituição histórica, possuem papel importante na conservação da agrobiodiversidade amazônica. O manejo dos roçados de mandioca vem sendo feito, historicamente, por essas comunidades e o conhecimento dessa prática é repassado oralmente entre as gerações. Conhecimento este que envolve desde o preparo da área, conhecimento das diversas variedades existentes, até o processamento da mandioca, para fabricação dos alimentos e bebidas, importante na construção da identidade desses sujeitos em seus territórios. De acordo com Silveiro e Lessa (2020), a mandioca representa um rico reservatório genético para o mundo, por ser uma planta extremamente diversificada e rica em muitos tipos e variedades. Ainda nessa perspectiva, Silveiro et al. (2018) trazem contribuições reforçando o protagonismo das populações locais da Amazônia, por serem portadoras de inúmeras variedades de mandiocas que selecionaram localmente ao longo dos anos, e a importância da sua variabilidade genética que existe nos roçados, para a conservação da espécie.

Em Salvaterra, a mandioca é produzida majoritariamente por agricultores familiares, que realizam as roças de mandioca, em sua maioria, pelo sistema tradicional de corte e queima. A produção que advém das roças é de muita relevância para a alimentação e reprodução social das famílias. Muitos dos alimentos derivados da mandioca são especialmente fabricados em períodos específicos na comunidade, como é o caso do beiju, na época de Semana Santa. A relação que é estabelecida entre comunidades rurais quilombolas e a natureza pode ser percebida no dia a dia das comunidades, no conhecimento que estes possuem sobre os elementos da natureza, as espécies que a compõem, seja de animais ou plantas, o cuidado e respeito com os encantados² presentes no território, a seleção de sementes crioulas³, o conhecimento sobre plantas de cura e a defesa da terra e do território.

Transformações nos territórios no Marajó dos Campos

De acordo com Castro (2017, p. 7), a Amazônia está progressivamente atravessada por conflitos face a atuação por agentes governamentais e

privados, com poder hegemônico, que pensam e visualizam este espaço como propícios a oportunidades de mercado e geração de lucro, “reproduzindo as práticas coloniais, e bárbaras, de saque dos recursos naturais e da cultura, que atravessaram as Américas na colonização europeia”.

O estado do Pará está associado a uma história de violência colonial “coronelista e patrimonialista” com relação ao território e consequentemente às populações pertencentes a este, especialmente a processos de colonização e à abertura de grandes eixos rodoviários, desde a rodovia Belém-Brasília em 1960 (Castro, 2017). Sendo assim “conflitos agrários, expropriação de populações tradicionais de suas terras, genocídio indígena, grilagem de terras, chacinhas e mortes anunciadas por mandantes e seus pistoleiros” tornam a violência uma chave de interpretação da sociedade (Castro, 2017, p. 9). Corroborando ao exposto, Costa (2005, p. 132-133) argumenta que “tais ações resultaram de um certo conteúdo patrimonialista que tem marcado, com raízes profundas, o estado brasileiro, vinculando-o a privilégios de segmentos sociais específicos”. Castro (2017) ainda menciona que

o mercado globalizado e os interesses econômicos nos recursos naturais ampliaram as pressões sobre as florestas, as águas, a terra e o subsolo. Desde os anos 1990 observa-se um movimento de expansão das fronteiras do agronegócio na Amazônia. Os espaços transfronteiriços constituem-se em novas áreas de expansão de mercado, que tendem a se tornar mais acessíveis em função da nova logística de transportes nas áreas de fronteira, contando também com a participação de empresas de diversos setores econômicos (Castro, 2017, p. 9).

No cenário atual, visualiza-se um avanço do capital sobre novos territórios dotados de recursos naturais (Castro, 2017), assim como de uma diversidade de populações e identidades culturais pertencentes a estes territórios, mas que são invisibilizadas. Esse capital vem sendo intensamente mobilizado “com investimentos diretos em infraestrutura com operações logísticas, voltadas às *commodities* agrícolas e minerais” (Castro, 2017, p. 10). Esses investimentos advindos do Estado,

associados a setores privados, têm como principal destinação os ramos da mineração e do agronegócio, voltados para infraestruturas como portos, rodovias e ferrovias (Castro, 2017).

Na perspectiva de Costa (2005), podem ser visualizadas duas linhas de projetos de desenvolvimento de base rural em andamento na Amazônia, nas quais se associam protagonistas que caracterizam a questão agrária da região, seja nas suas interações conflitivas ou cooperativas, seja nos seus antagonismos e contradições. O autor ainda comenta sobre a diferenciação entre esses protagonistas: “eles diferenciam-se nas formas de tratamento do capital natural (cuja referência primordial é o bioma da floresta amazônica), na intensidade do uso de capital humano e social e nas proporções de uso de capital físico e trabalho” (Costa, 2005, p. 133).

O que se visualiza é que esses dois projetos possuem, por um lado desavenças, que se traduzem em conflitos fundiários evidentes, e por outro lado, hibridismos que os complexificam e dificultam sua percepção através de lentes dicotômicas e antagonistas. Ainda que, para Cardoso (2015, p.78), esses dois projetos possam ser representados a partir do confronto de duas lógicas relacionadas ao uso e à função do espaço, o que parece ganhar corpo em determinados contextos marajoaras é a interface entre essas lógicas.

A Amazônia, apesar de apresentar grande relevância nacional e internacional, sobretudo pela representação de tamanha concentração de biodiversidade do planeta, é vista a partir do recorrente discurso desenvolvimentista para a região, com alternativas necessárias de se avançar economicamente (Lobato e Costa, 2017), principalmente com projetos de grande impacto, e muitas vezes sem a adesão das populações existentes nos territórios apropriados. Corroborando ao exposto, Souza (2018, p. 22) comenta que “desde o século XIX a Amazônia passou a ser vista como palco de grandes projetos que ignoram suas populações, visando apenas fornecer matéria-prima para as grandes indústrias”.

Já na região marajoara, as populações experimentam no cenário atual a atuação de agentes do agronegócio ligados principalmente à rizicultura, o que gera uma série de conflitos principalmente

fundiários e coloca em risco a permanência de populações em seu território tradicional: “o agronegócio se expande para mais uma sub-região da Amazônia e continua a pôr em (des) encontro fazendeiros e povos tradicionais” (Gomes *et al*, 2018, p. 138).

Neste contexto, o agronegócio rizicultor chega no Marajó com uma ideia de “desenvolvimento”, e que atenderia às necessidades da população (Canuto, 2004). Os fazendeiros ligados a esse segmento foram desapropriados da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima, após sua demarcação definitiva, e isso influenciou setores do governo do estado do Pará, e algumas prefeituras a lhes oferecerem alguns incentivos para a instalação de um polo rizicultor no Marajó (Gomes *et al*, 2018).

De acordo com Campos (2023, p.51), o agronegócio no Marajó teve início em Cachoeira do Arari, e chega em meados dos anos 2000 em Salvaterra, “e se instala com facilidade em decorrência do atraente mercado de terras, ocasião em que, ou se compram fazendas já estabelecidas ou compram grandes áreas para fins de instalação das atividades”. Os grandes proprietários de terra passam a praticar uma nova atividade não mais ligada à pecuária, pois estas voltam-se para o monocultivo do arroz e da soja (Campos, 2023). O que resulta em uma série de conflitos entre os fazendeiros e comunidades quilombolas. Decorrentes desses conflitos, são evidenciadas diversas situações de ameaças de morte às lideranças quilombolas, como o caso do assassinato de uma liderança do município vizinho de Cachoeira do Arari (Bargas; Cardoso, 2015). “Tal situação coloca fazendeiros e grandes empresas do agronegócio como alguns dos principais antagonistas aos quilombolas” (Bargas; Cardoso, 2015, p. 472).

Além disso, no município de Salvaterra, uma outra materialização desses projetos é a construção da estrada PA-154, concebida principalmente para beneficiar o escoamento de grãos, como o arroz: “atualmente, a construção de pontes e estradas continuam sendo uma forma de favorecimento, embalados sobre o discurso de desenvolvimento” (Campos, 2023 p. 54). No município, também há a expansão do monocultivo de abacaxi. Entretanto, ao chegar nas comunidades quilombolas, a proposta de

monocultivo ganha nova materialidade. Em distintos roçados, o abacaxi passou a compor os sistemas agrícolas das comunidades rurais e a possibilitar complementação de renda para as famílias.

Nesse cenário observado em Salvaterra, tanto o monocultivo do arroz, quanto de abacaxi, incide em mudanças na dinâmica do território. A expansão da rizicultura sobre territórios quilombolas, disputando e suprimindo espaços pertencentes a comunidades quilombolas, acaba interferindo e até mesmo estimulando transformações no território, pela menor disponibilidade de terra, assim como pelos impactos socioambientais causados pelos usos dos agrotóxicos. Nesse artigo, com relação ao monocultivo de abacaxi, são identificadas estratégias socioprodutivas desenvolvidas criativamente por parte das famílias quilombolas.

A comunidade quilombola de Vila União/Campina e a importância dos roçados para a agrobiodiversidade

Na comunidade Vila União/Campina (Figura 1), as principais fontes de renda das famílias quilombolas provêm da agricultura, por meio da produção a partir das roças de mandioca e de abacaxi, o cultivo de hortas, principalmente com a produção de coentro (*Coriandrum sativum* L.), cebolinha (*Allium fistulosum* L.), chicória (*Eryngium foetidum* L.), alface (*Lactuca sativa* L.), couve (*Brassica oleracea* L.) e joão gomes (*Talinum triangulare* (Jacq.) Willd.) e o comércio na “beira da estrada” estadual, a rodovia PA-154. Os benefícios assistenciais e previdenciários do governo, como o bolsa família e a aposentadoria rural, respectivamente, possuem importância significativa como principais fontes de renda ou de complementação de renda dos moradores da comunidade.

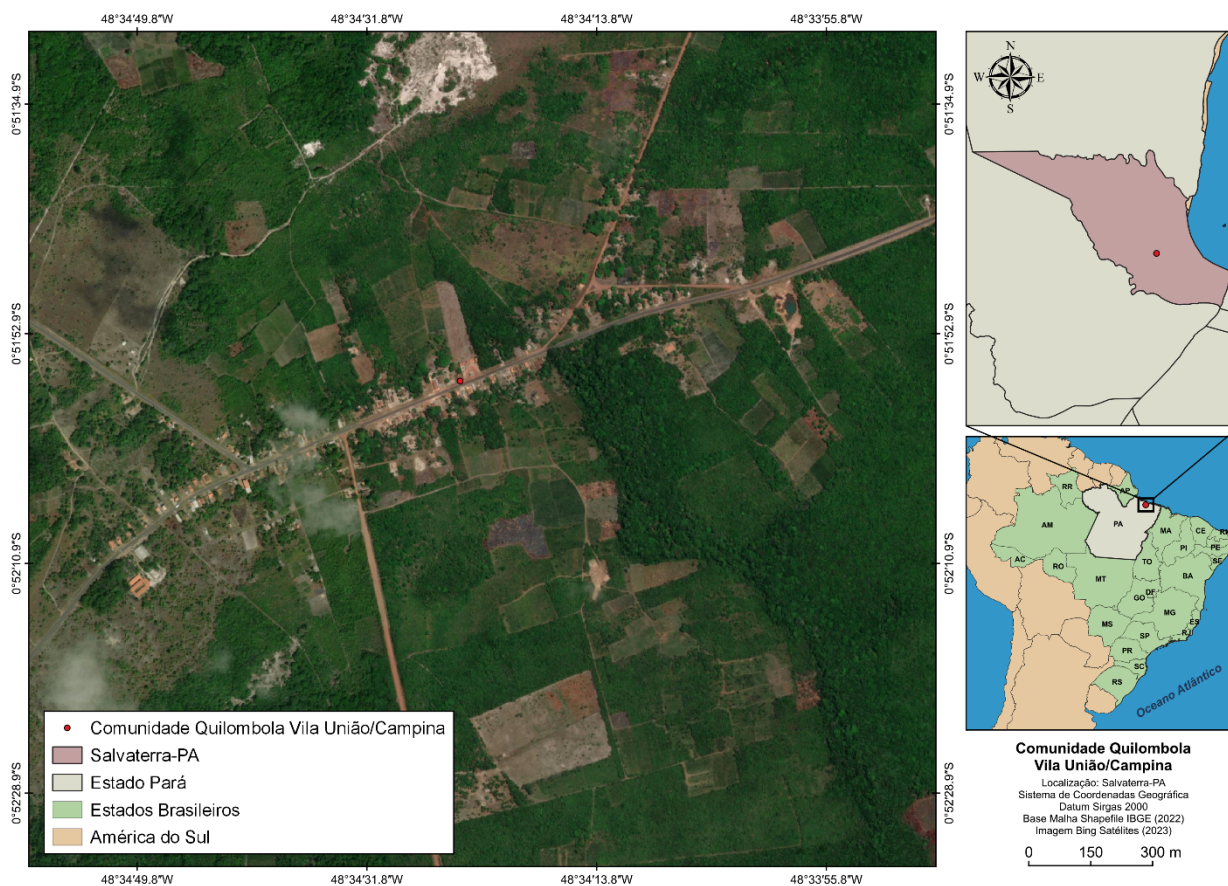


Figura 1: Localização da comunidade quilombola de Vila União/Campina.

Fonte: Santos (2023).

A mandioca é cultivada historicamente por essa população, já o abacaxi, chega por volta de 1975, com uma perspectiva voltava exclusivamente para a comercialização, em uma racionalidade econômica capitalista, visando a obtenção de renda. Que se mostra totalmente diferente da produção da mandioca, que ainda mantém como principal objetivo o autoconsumo das famílias, ou seja, operando em uma racionalidade camponesa (Chayanov, 1974).

Os tamanhos das roças da maioria dos interlocutores variam entre 0,5 ha e 1 ha. Alguns agricultores não souberam dizer o tamanho exato ou até mesmo aproximado, pois não costumam medir as áreas. As roças se localizam tanto em terrenos próximos às residências dos agricultores quanto em terrenos um pouco mais distantes, ou até mesmo em terrenos que possuem em outra comunidade. Essas áreas em que cultivam a mandioca fora de Vila União/Campina, geralmente, são terrenos herdados dos pais ou de familiares do(a) esposo(a) que é natural de outra comunidade. As áreas que ficam distantes das residências são mais difíceis de manejar, principalmente quando os moradores possuem outros tipos de trabalhos.

Quanto à organização familiar e à divisão do trabalho no roçado, na maioria dos casos, a família trabalha junto, e as funções são divididas no momento do trabalho, dependendo da quantidade de pessoas que irão trabalhar. Os filhos dos agricultores, geralmente os mais velhos, algumas vezes ajudam e os demais se dedicam prioritariamente aos estudos. Todavia, em determinados períodos, algumas famílias contratam pessoas da comunidade para realizar algum trabalho específico, como por exemplo para roçar ou 'coivarar'⁴ a área. Essa contratação depende de alguns fatores como: a condição financeira da família, se possuem ou não algum trabalho fixo não agrícola, pois, nesse caso, não terá muito tempo para o trabalho no roçado, sendo assim, contratam; depende também do tamanho do roçado e do número de familiares que trabalharão.

A diária para o trabalho na roça, no caso da roçagem, é de aproximadamente R\$ 60,00 (sessenta reais) ou 11.93 US\$, no horário das 7h30min às 10h30min (turno da manhã). Muitos agricultores possuem trabalho não agrícola, com isso dividem o

tempo entre esse trabalho e os seus cultivos; esse é um dos motivos do por que muitas famílias diminuem o tamanho das suas roças, já que, quanto maior for a área da roça, maior será a demanda por mão de obra. Outrora, na comunidade, não havia tanta preocupação com relação a mão de obra para o trabalho nos roçados, pois trabalhavam na maior parte das vezes por meio do convidado⁵, trocando trabalho com os outros moradores, sem a necessidade de um pagamento, e isso beneficiava a todos os que participavam.

A prática do convidado, que ainda acontece, atualmente difere de como era antes. Chamam de "sociedade", "parceria" ou "comunidade", com um número bem mais reduzido de pessoas que participam, normalmente alguns familiares ou vizinhos se juntam para realizar o trabalho e dividem toda a produção decorrente do trabalho. Esse tipo de trabalho é comumente feito em Vila União/Campina, principalmente por boa parte dos moradores terem algum tipo de parentesco.

Quanto à escolha da área para a realização do roçado, no geral os agricultores mencionaram não haver alguma preferência, com exceção para lugares que alagam, uma vez que o contato constante da mandioca com a água resulta no apodrecimento do tubérculo. No entanto, foi possível observar em uma das falas de uma agricultora que esta fez sua roça próxima do igarapé, por conta do verão, com o objetivo de manter o solo mais úmido para enfrentar as altas temperaturas dessa época do ano.

Os arranjos e composições visualizados nos roçados de mandioca são, atualmente, principalmente os seguintes: plantio da mandioca, jerimum, maxixe e melancia entre as linhas de abacaxi; plantio de mandioca entre as linhas de abacaxi (Figura 2); plantio só de mandioca com uma diversidade das suas variedades; plantio de mandioca junto com macaxeira; plantio de mandioca junto com açaí, banana, maxixe e jerimum; e plantio só de macaxeira nas suas várias variedades. Um interlocutor mencionou que, quando planta a mandioca nas linhas do abacaxi, planta as variedades a cada duas linhas do abacaxi, com o objetivo de que a sombra da árvore da mandioca não afete o desenvolvimento do abacaxi. Esse arranjo é composto por abacaxi, mandioca (mandioca brava), melancia, milho e macaxeira (mandioca mansa). Essa

roça fica localizada próxima do quintal do agricultor e possui cerca de 58 linhas de abacaxi, 18 linhas de mandioca e 2 linhas de macaxeira. O milho foi plantado mais nas pontas das primeiras fileiras do abacaxi, e a melancia foi espalhada entre algumas fileiras também do abacaxi.

Na outra roça visitada em Vila União/Campina, observa-se que as espécies que dividem o espaço são: abacaxi, melancia, maxixe, mandioca e macaxeira. Essa roça possui o tamanho aproximado de $\frac{1}{2}$ hectare e possui 3 mil pés de abacaxi que dividem espaço com a melancia, maxixe, macaxeira e mandioca com idade de 1 mês que foram plantados, além de uma área só com mandioca e macaxeira em diversas variedades, já com 8 meses do plantio.

Algumas das variedades de mandioca presentes nessa área são: amarelinha, folha fina, roxão, roxinha e maruim, já de macaxeira são: macaxeira amarela, macaxeira preta e macaxeira manteiga, as quais, algumas podem ser visualizadas, junto com outras variedades citadas pelos interlocutores (Figura 3 e 4), mais adiante. As variedades tanto de mandioca quanto de macaxeira geralmente são espalhadas aleatoriamente na área. A composição dos arranjos dos roçados dos agricultores depende da sua necessidade no momento e da condição tanto financeira para o

investimento quanto do tempo para a dedicação no cultivo.

Cada composição dos roçados é resultado de uma série de experimentações feitas pelos agricultores, que, através das suas experiências, vivências e acumulação de conhecimentos, desenvolvem suas próprias técnicas, arranjos e formas de cultivar seja nos roçados, seja nos seus quintais produtivos. Para cada roçado construído há um objetivo principal com cada espécie inserida, ora com o pensamento no suprimento de alimentação familiar por determinado período, ora com o intuito de comercializá-los e complementar suas rendas, ou ainda possuindo os dois objetivos.

Os dois arranjos mencionados anteriormente são um retrato de como a maioria dos roçados são compostos, apresentando uma diversidade interespecies e intraespecíficas, importantes para a construção da agrobiodiversidade dos roçados. Por trás de cada arranjo há uma riqueza de conhecimentos que é repassada em cada geração. Alves e Fita (2023, p. 124) revelam que “comunidades tradicionais e os conhecimentos que carregam consigo apresentam grande importância para o manejo e contribuem para a evolução constante de inúmeras espécies que constituem a agrobiodiversidade”.



Figura 2: Roçado de mandioca em consórcio com o abacaxi, em Vila União/Campina.

Fonte: Acervo de campo (2023).

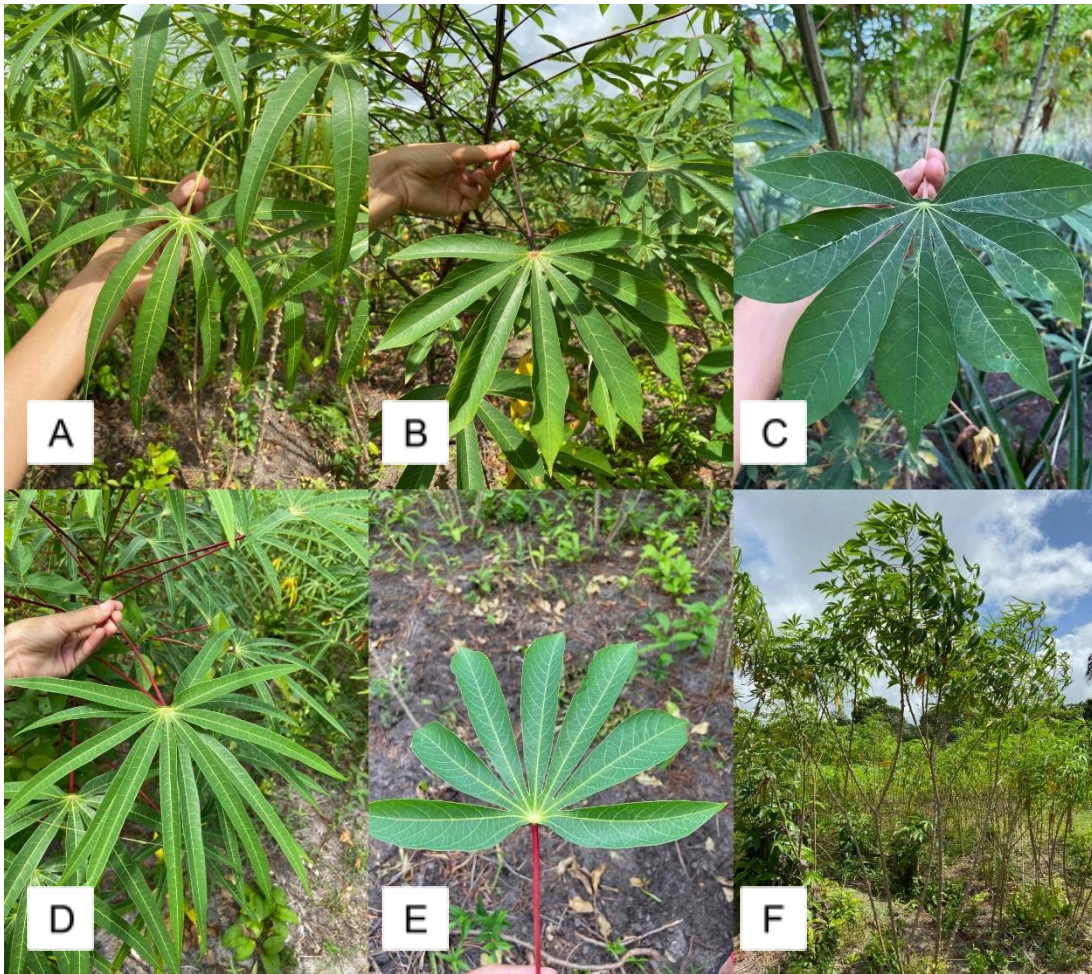


Figura 3: Algumas variedades de mandioca brava encontradas nos roçados da comunidade Vila União/Campina. A-Maruí, B-Roxão, C-Tareza, D-Folha fina, E-Amarelinha, F-árvore da variedade amarelinha. Fonte: Acervo de campo (2023).

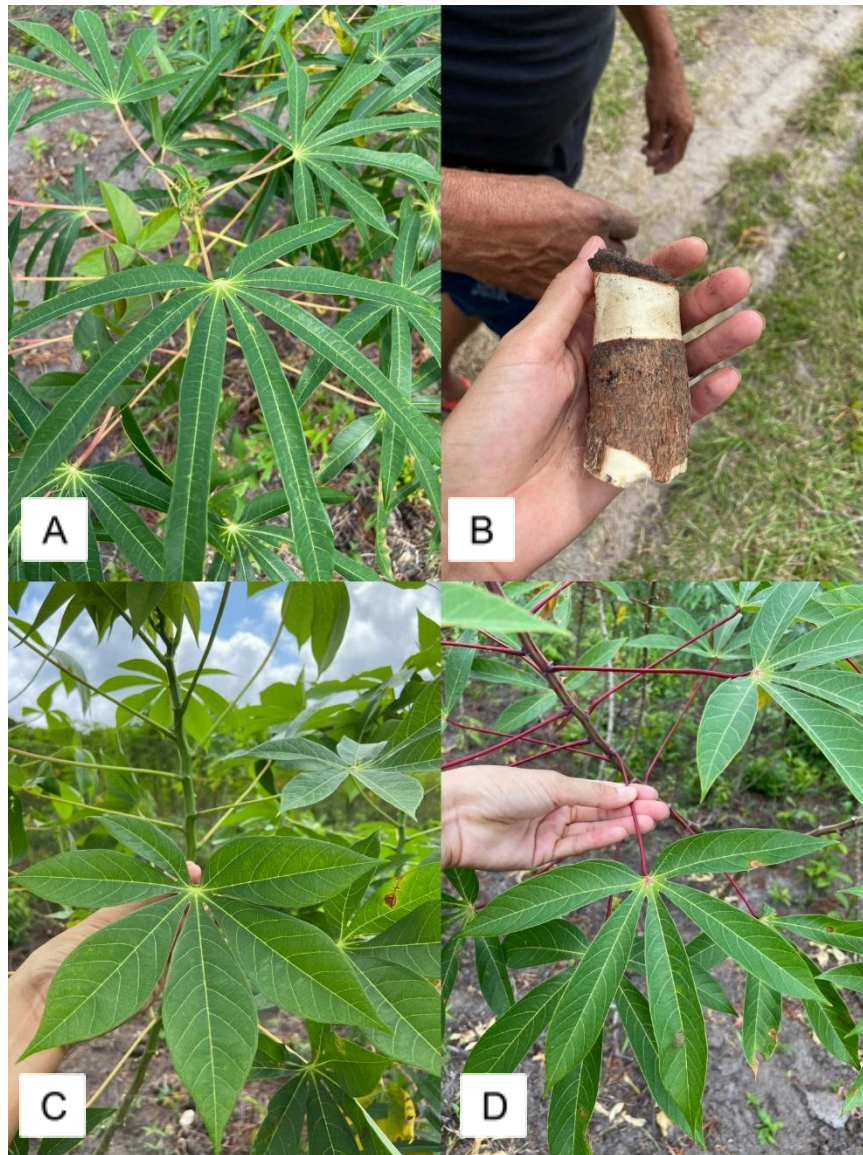


Figura 4: Algumas variedades de mandioca mansa (macaxeira) encontradas nos roçados da comunidade Vila União/Campina. A-Macaxeira amarela, B- Batata da macaxeira amarela, C-Macaxeira manteiga, D-Macaxeira preta.
Fonte: Acervo de campo (2023).

Ao todo foram identificadas 17 variedades de mandioca, sendo estas: folha fina, roxão, amarelinha, maniçobeira, piraíba, gordura, tareza, pacajá, roxinha, mandioca branca, sequinha, pai mané, mãe Izabel, branquinha, maruim, turrão, mizara e 6 (seis) variedades de macaxeira (macaxeira rosa, macaxeira manteiga, macaxeira branca, macaxeira amarela, macaxeira mizara e macaxeira preta) cultivadas pelos interlocutores desta pesquisa, o que demonstra uma rica diversidade presente nos roçados de mandioca, que favorecem a maior variabilidade genética e a menor incidência de pragas e doenças nos cultivos. Santilli e Emperaire

comentam sobre a importância e os benefícios da alta diversidade genética, ressaltando que

A diversidade genética, manejada por agricultores tradicionais, indígenas ou não indígenas, é fruto de um longo e diversificado processo iniciado com a domesticação de um recurso silvestre. Houve – e há de maneira contínua – seleção, melhoramento genético, intercâmbios de sementes, saberes e experiências, difusão das plantas. Deve-se ressaltar o caráter dinâmico do processo: as plantas circulam entre famílias, comunidades ou etnias; novas cultivares oriundas de outras

regiões ou localmente produzidas são avaliadas e incorporadas no estoque de variedades do agricultor; há um interesse pela produção de diversidade em si (Santilli; Emperaire, 2001, p. 1).

Na comunidade de Vila União/Campina, também resultante desse manejo dinâmico das comunidades com relação aos roçados e variedades de plantas, já é possível verificar nos arranjos dos roçados da comunidade a inserção do abacaxi dividindo espaço com cultivos tradicionais que objetivam essencialmente alimentar as famílias. Muitos agricultores buscam nessa estratégia tanto manter a tradição do plantio das espécies voltadas para o suprimento interno da família quanto de uma espécie que vai lhes trazer um retorno financeiro, já que isso lhes possibilita a capacidade de compra de outros alimentos e itens de suas necessidades.

Projetos desenvolvimentistas e mudanças nas roças quilombolas

A comunidade de Vila União/Campina vivencia uma série de mudanças, primeiro com relação à chegada de infraestruturas, como a energia (década de 1980), o abastecimento de água, a internet (se expandiu principalmente nos últimos dez anos), o posto de saúde (aproximadamente na década de 1980), as escolas (a primeira escola, por volta de 1980 e a escola polo, que funciona até o nono ano do ensino fundamental, em 2011), que a partir de então trouxeram melhorias para os moradores, mas que influenciaram nas suas dinâmicas de vida, também o acesso a políticas públicas, principalmente a partir do autorreconhecimento quilombola). Outra importante mudança foi relacionada à abertura e pavimentação da rodovia PA-154, que, apesar de facilitar o escoamento das produções, o acesso ao centro de Salvaterra, a outros municípios e comunidades, também de certa forma intensificou diversos problemas na comunidade. De acordo com os interlocutores, o crescimento populacional tem sido constante, muitas pessoas de outros locais, até de outros municípios veem na comunidade oportunidades econômicas a partir da presença de uma rodovia que atravessa Vila União/Campina,

também pelo fato de a comunidade ainda não possuir o título coletivo do território e estar sujeita à entrada de pessoas que não são dali.

Distintas comunidades quilombolas do Marajó dos Campos vêm sendo deslegitimadas em seus territórios. As cercas que delimitam as fazendas, áreas de produção de arroz em grande parte, são uma das formas que se utilizam para negar os direitos dos quilombolas nos seus espaços. Tais cercas impedem o acesso dessas comunidades a áreas como igarapés, rios, matas, que na verdade são espaços de uso comum e historicamente usados por essas pessoas. Além da presença das cercas, que em alguns casos são até mesmo elétricas, são utilizados vigias, seguranças, para garantirem o impedimento da presença dos quilombolas nas “suas áreas”, apesar de legalmente não serem, e tudo isso gera riscos à permanência das famílias quilombolas nos territórios.

As comunidades como Rosário, Deus Ajude, Providência, Barro Alto, Bacabal, Pau Furado, Paixão, Caldeirão, Vila União/Campina, em sua maioria, têm sido privadas dos seus recursos naturais, nas áreas de uso comum, até mesmo algumas sofrido ameaças. Dessa forma, são coagidas a viver nos espaços dos seus territórios cada vez mais limitados, dificultando as suas reproduções sociais, pois estas estão diretamente associadas à terra, à agricultura, às formas de produzir, à pesca, à coleta de frutos como o bacuri, o açáí, que garantem alimentação e renda aos moradores.

Esses elementos, somados à intensificação da produção do abacaxi no município, sobretudo a partir dos anos 1990, resultaram em mudanças, inclusive, nas roças quilombolas, como revela o trecho de entrevista a seguir.

As roças na época era, era assim, como não é agora, né? Era sem adubo, sem carbureto, a gente trabalhava em mutirão, sabe? A gente ajudava um ao outro, sabe? Aquele “bucado”, entre a família, a gente ia pros convidados que se forma, né? Aí gente ia nos convidado, ajudava, por exemplo, hoje era o meu, amanhã era do..., a semana toda, as vez, tinha um serviço, era assim, pra plantar maniva, né? (Manoel, 63).

No relato acima, é possível visualizar algumas das mudanças nas formas de produção nos roçados,

estas vinculadas à expansão do abacaxi e à utilização do adubo químico, além do pouco desenvolvimento da atividade coletiva no trabalho dos roçados, que difere das formas que antigamente empregavam. Fica clara a imposição de uma lógica de artificialização química no cultivo, além da fragilização das relações comunais, nesta comunidade.

Se faz importante ressaltar que o município de Salvaterra é um dos principais produtores de abacaxi do estado do Pará. Segundo Homma et al. (2002), a expansão do cultivo pelos agricultores do município foi induzida pela Emater-Pará, fator que mudou o status do estado do Pará de importador do fruto do estado da Paraíba para autossuficiente, o que explica o fato de os agricultores de Vila União/Campina mencionarem ter feito as roças de abacaxi há muitos anos, ou seja, o cultivo não foi inserido recentemente na comunidade.

A partir dessa expansão do abacaxi na comunidade, muitos agricultores, inicialmente, passaram a migrar do plantio da mandioca para o cultivo do abacaxi. A ideia do monocultivo de abacaxi chegou na comunidade com uma lógica diferente da praticada nos cultivos tradicionais. Chegou ancorada a uma lógica capitalista de agricultura, voltada exclusivamente para a geração de lucro e dependente de insumos variados.

Segundo os relatos dos entrevistados mais experientes da comunidade, antigamente, não se usava esses insumos, pois não havia necessidade. Estes contam que a terra era boa e as produções eram de qualidade: *“nesse tempo, no tempo do papai, no nosso tempo, esse tempo a gente não trabalhava com adubo, era só mesmo assim, da natureza mesmo”* (Carlos, 69). Desde os anos 1990, com a intensificação do monocultivo do abacaxi no município, grande parte dos agricultores passou a utilizar nas suas plantações diversos insumos químicos, como os agrotóxicos, como é possível verificar no trecho de entrevista a seguir.

[...] Hoje, a gente tem alguns tipos de defensivos, entendeu? Por causa de doenças. Até porque, eu digo que [...] depois que entrou o abacaxi, aí começou a aparecer muitas doenças. Cochonilha, essas coisas todas. Logo no princípio não tinha adubo, plantava, colhia [...] (George, 63).

Com o tempo e, com os usos do solo, ele se apresenta mais enfraquecido, como contam os interlocutores; para se obter uma boa produção, necessitam usar os insumos como NPK⁶ (nitrogênio, fósforo e potássio), agrotóxicos, adubo foliar. etc. Nas roças de mandioca muitas famílias também fazem uso principalmente do NPK, porém, há agricultores que se negam a usá-lo e resistem cultivando da mesma maneira que sempre cultivaram, sem o uso desses agroquímicos.

As áreas de muitos agricultores são mobilizadas tanto para as roças de abacaxi quanto de mandioca, fazendo a rotação dos cultivos ou até mesmo plantando por meio de consórcio, e, dessa maneira, acabam por utilizar os insumos também nas roças de mandioca. Muitas vezes os agricultores usam as áreas com pouco período de descanso entre uma roça e outra, pois muitos não possuem terra para fazer a roça em um novo espaço.

Os principais insumos químicos utilizados e mencionados pelos agricultores na produção do abacaxi são o NPK e o carbureto, este último usado para a indução fito hormonal da floração do fruto do abacaxi, visando a uniformização da colheita. Esses insumos químicos, de maneira geral, são chamados pelos agricultores de “adubo do abacaxi” e são comercializados na própria comunidade. Um fato interessante é que muitos dos agricultores não conhecem, não sabem dizer os nomes dos insumos utilizados no abacaxi individualmente, chamam apenas de adubo do abacaxi e identificam o NPK através das cores, branco (nitrogênio), preto (fósforo) e vermelho (cloreto de potássio). Os valores desses insumos, segundo os agricultores, geralmente são altos e oscilam ao longo do tempo. E aqui, novamente, fica explícita a perda de autonomia destas famílias, devido a dependências de insumos externos.

Ainda com relação ao trabalho nas roças de mandioca, algumas ferramentas principalmente relacionadas ao preparo da área do roçado e ao processamento da mandioca foram modificadas. As ferramentas utilizadas no preparo das áreas para o roçado, que antes eram mais manuais, com uso de machado, foice, enxada, terçados para capinar, hoje em dia são substituídas por maquinários, como motosserras, roçadeiras, tratores, como podemos observar no relato a seguir.

Era, pra trabalhar em roça era, primeiro a gente trabalhava na roça pra fazer o roçado era de foice, era machado, pra fazer o roçado né, aí fazia, era a foice pra roçar, machado pra derrubar as árvores maiores, aí depois vinha a planta, era enxada, pra capinar era o terçado, diferente de agora, agora é motosserra, quando é capoeira baixa é trator pra virar né, tá tudo modificado, pra capinar já é a roçadeira (Carlos, 69).

Muitas dessas adaptações foram importantes para a facilitação da realização de algumas etapas da construção dos roçados e do processamento da mandioca, visto que é um trabalho que requer muito esforço físico.

É necessário mencionar também que a presença de uma rodovia estadual, atravessando a comunidade, influencia nas dinâmicas de vida da população, que outrora vivia basicamente da pesca e da agricultura, majoritariamente do plantio da mandioca, e de relações de trocas.

A partir da emergência da rodovia, o acesso das famílias quilombolas a produtos e informações aumentou, bem como as oportunidades de trabalho mudaram, com a maior possibilidade de diversificar as fontes de renda, muitos moradores abriram diversos estabelecimentos comerciais na beira da estrada, onde muitos comercializam tanto produtos externos, de revenda, quanto os alimentos produzidos nas suas roças, nos quintais. Essas famílias então passaram a se dedicar a atividades não agrícolas, como nos estabelecimentos comerciais (mercadinhos, restaurantes, oficinas, loja de roupa etc.), no trabalho nas escolas quilombolas e posto de saúde presentes na comunidade, trabalhos em Salvaterra (como taxista por exemplo), dentre outros.

Com isso, muitos agricultores possuem menos tempo para o trabalho nos seus cultivos agrícolas, o que, somado ao fato de que as famílias, em sua maioria, são menores do que eram no passado, acaba por resultar na diminuição das áreas dos roçados.

De fato, uma mudança significativa nos sistemas de cultivo está relacionada à forma de trabalho nas roças. Atualmente, segundo os entrevistados, o trabalho é realizado de forma mais

individualizada, com cada família fazendo o trabalho nas suas roças, nas hortas e, em muitos casos, pagando diária para pessoas trabalharem nas suas áreas, como, por exemplo, para realizarem a roçagem de uma área.

Os trabalhos coletivos, como os mutirões e convidados, que antigamente eram tradicionalmente realizados na comunidade, como práticas importantes para as relações sociais de reciprocidade, para a territorialidade e para o fortalecimento da cultura ancestral, atualmente ganham novos contornos. É fato que os trabalhos realizados coletivamente de certa forma facilitavam o trabalho nas atividades produtivas, pois se tinha um maior número de pessoas para trabalhar, sem a necessidade de pagamento monetário, já que a “forma de pagamento” era a troca de serviço pelo dia de trabalho. Hoje em dia, ainda existem alguns trabalhos coletivos realizados entre famílias próximas, amigos, vizinhos, porém um pouco diferente de como eram realizados no passado. O convidado, que antes contava com até 20 (vinte) pessoas trabalhando nas roças, hoje, na comunidade, conta com 4 (quatro) a 5 (cinco) pessoas, geralmente da mesma família, ou vizinhos e amigos.

Há uma maior necessidade de contratação de trabalho temporário. Essa contratação de mão de obra depende consideravelmente da condição financeira do agricultor, impondo a estes uma lógica com contornos capitalistas (Ploeg, 2008).

De acordo com a Figura 5 e acompanhando o decréscimo da quantidade produzida, a área plantada do cultivo da mandioca de modo geral se apresenta também em diminuição.

Em Vila União/Campina, a diminuição dos roçados de mandioca, gera preocupação, pois reverbera além de outros aspectos, na atenuação do repasse intergeracional dos conhecimentos tradicionais relacionados à agrobiodiversidade. Levando em consideração que a farinha de mandioca é o principal alimento presente na alimentação diária das famílias, quando os agricultores não a produzem nas suas roças, na maioria das vezes terão que comprar. Para isso terão que dispor de recursos financeiros, ou então não terão nas suas mesas diárias esse importante alimento carregado de saber e cultura. A produção da mandioca na comunidade pelos agricultores é destinada sobretudo para suprir

as necessidades voltadas para o autoconsumo da família. Porém, essa mudança nos espaços da comunidade, nas relações sociais e culturais, na relação com a natureza, na dinâmica do cultivo das roças, também interfere na territorialidade quilombola, fazendo com que esta passe por um processo de reconfiguração.

No estudo de Alves e Fita (2023), em uma comunidade quilombola no município de Santa Luzia (Pará), foi mostrado que as famílias lá também vivenciam mudanças em seu território, uma delas é com relação à diminuição dos roçados. Os autores evidenciam que a falta de mão de obra para o manejo e manutenção das roças tem sido uma questão na comunidade que tem acarretado a diminuição das áreas destinadas aos plantios. Dessa forma, a comunidade passa por um processo de rearranjo das dimensões das roças e os moradores passaram a buscar estratégias que garantam sua alimentação e geração de renda, para que não dependam exclusivamente das roças (Alves; Fita, 2023).

Nesse sentido, é importante frisar que a relevância das roças de mandioca de Vila União/Campina reflete na permanência dos quilombolas no seu território, na garantia de alimentos diários carregados de saberes, de tradições, e na continuidade do repasse dos conhecimentos

ancestrais, como evidencia o trecho de entrevista a seguir: “*pra nós [a roça] significa mesa farta, porque é uma tradição que vem de muito tempo, desde o tempo dos meus pais*” (Luci Goreth, 40).

E como estratégia por parte dessas famílias quilombolas, observou-se que o abacaxi, que chegou junto com um pacote tecnológico no município, acabou sendo mobilizado pelas famílias como uma espécie complementar às muitas outras que compõem a agrobiodiversidade quilombola. Distintos agricultores quilombolas buscam nessa estratégia tanto manter a tradição do plantio das espécies voltadas para o suprimento interno da família, quanto de uma espécie que vai lhes trazer um retorno financeiro, já que isso lhes possibilita a capacidade de compra de outros alimentos e itens de suas necessidades.

Apesar da atenuação da prática tradicional do roçado de mandioca na comunidade Vila União/Campina, visualiza-se que faz parte da estratégia de permanência no território a continuidade das roças por muitos agricultores. Isso, por considerarem sua importância sociocultural e econômica.

Mesmo com as muitas alternativas de alimentos industrializados, a mandioca e seus derivados permanecem como alimento base no cotidiano ou em épocas religiosas das famílias.

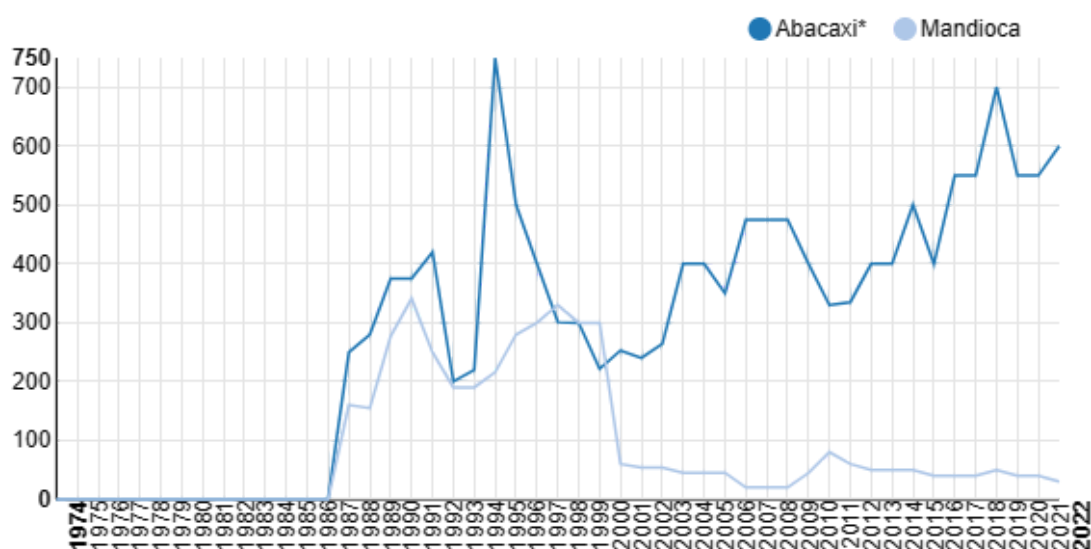


Figura 5: Área plantada (hectare) de abacaxi e mandioca entre os anos 1974 e 2022, no município de Salvaterra.

Fonte: IBGE (2023).

Considerações finais

O território de Vila União/Campina passa por transformações significativas, muitas das quais estão associadas às mudanças no município de Salvaterra e ao processo histórico de concentração fundiária. Isso tem resultado em conflitos territoriais, mas também tem impulsionado a resistência e organização das comunidades locais. Além disso, observa-se a introdução de uma lógica capitalista de produção nas comunidades quilombolas do município. Essa lógica inclui a adoção do monocultivo de arroz por grandes fazendeiros e de abacaxi, por agricultores familiares. A construção da rodovia PA-154, com o objetivo principal de facilitar o escoamento da produção, também tem gerado impactos significativos no território. As mudanças no contexto territorial do município, relacionadas com os conflitos territoriais afetam sobremaneira as comunidades quilombolas. Em Vila União/Campina visualiza-se a presença de fazendeiros nas proximidades, inclusive no próprio território, na tentativa de expandirem suas áreas e seus empreendimentos no local, gerando insegurança aos quilombolas. Além disso, devido à demora na titulação do território, observa-se uma intensificação das mudanças na dinâmica de vida dos moradores da comunidade. Essas mudanças são amplificadas pela presença da estrada PA-154, que tem contribuído para o aumento populacional e a chegada de pessoas de diferentes lugares, resultando em uma maior fragmentação do território e influenciando o rearranjo das áreas destinadas às roças. A disponibilidade de energia elétrica, a expansão da internet e dos meios de comunicação, assim como o acesso a políticas públicas, são fatores adicionais que têm impulsionado as transformações no território.

As transformações nas roças de mandioca estão principalmente ligadas à redução das áreas dedicadas a esse cultivo, influenciadas pela pressão para adotar o monocultivo do abacaxi. Isso levou muitos agricultores a migrarem da mandioca para o abacaxi, devido à maior rentabilidade deste último, que proporciona um maior poder aquisitivo para as necessidades familiares. Como resultado, práticas tradicionais, como os roçados de mandioca e atividades coletivas, estão sendo gradualmente

abandonadas no território. Apesar da tentativa de imposição do monocultivo do abacaxi, muitas famílias encontraram maneiras estratégicas de integrar o abacaxi em seus cultivos.

O monocultivo do abacaxi foi introduzido na comunidade como parte de uma lógica de produção capitalista, onde o produto é destinado principalmente para a comercialização. No entanto, devido à criatividade e estratégia dos agricultores, ele tem sido incorporado em uma diversidade de espécies nos roçados, por meio de diferentes consórcios desenvolvidos. Isso faz com que o abacaxi passe a integrar uma agrobiodiversidade, com uma lógica de produção diferente da originalmente proposta. Por outro lado, a inclusão nos consórcios também leva ao uso de insumos químicos, não apenas no plantio de abacaxi, mas também nos demais cultivos, como mandioca, maxixe, melancia, jerimum, que são em sua maioria destinados à alimentação das famílias. Essa prática pode ter consequências futuras decorrentes do uso desses insumos nos cultivos.

Apesar das transformações no território, os agricultores mantêm uma significativa diversidade de plantas em seus sistemas agrícolas, especialmente nos roçados de mandioca. Os agricultores cultivam um total de 17 variedades de mandioca brava e 6 variedades de macaxeira, além de várias outras espécies como jerimum, melancia, milho, quiabo, açaí e banana em suas roças. Essa agrobiodiversidade local, evidente na variedade encontrada nos roçados de mandioca, nas espécies vegetais, assim como nos conhecimentos ancestrais dos agricultores, pode ser vista como uma estratégia de resistência no território. Essa diversidade está relacionada diretamente à busca pela segurança alimentar e pela renda, aspectos fundamentais para a territorialidade quilombola.

Além disso, outros fatores estão intensificando essas transformações, como a falta de titulação do território, o que resulta na constante entrada de pessoas, inclusive não quilombolas, impulsionada pela presença da estrada, contribuindo para a fragmentação do território. Outros fatores incluem a diminuição da mão de obra disponível e a busca pela diversificação das fontes de renda, muitas vezes levando à divisão ou à dedicação exclusiva a trabalhos não agrícolas.

Nesse contexto, torna-se urgente a titulação do território quilombola como um direito fundamental para garantir a segurança jurídica necessária para proteger contra a perda de território, principalmente devido à entrada e/ou expansão de pessoas externas, como fazendeiros e seus empreendimentos. Isso também é crucial para proteger as formas de vida tradicionais, os sistemas agrícolas tradicionais e os conhecimentos ancestrais importantes para a permanência no território.

É necessário continuar estudando os processos que envolvem a expansão desses projetos com perspectivas capitalistas e as mudanças territoriais ou os possíveis impactos que podem ocorrer ao adentrarem territórios tradicionais. Também é fundamental valorizar os conhecimentos dessas comunidades e a importância da manutenção da agrobiodiversidade, além de implementar políticas públicas voltadas para garantir seus direitos, de acordo com suas especificidades.

Notas

1 Este artigo é parte da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, da Universidade Federal do Pará, que é vinculada ao projeto de pesquisa desenvolvido no Marajó intitulado “Inovações sócio-materiais na Ilha do Marajó: da produção de alimentos de qualidade à construção social de mercados por famílias rurais quilombolas”, que conta com financiamento da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa). Além disso, contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, a partir do financiamento da bolsa de mestrado da primeira autora.

2 Os encantados, de acordo com quilombolas de uma comunidade no Marajó, são os seres deste mundo que possuem função importante na proteção dos ambientes naturais, como as matas, os rios, as cabeceiras de igarapé, os campos, etc. Assim como influenciam também na vitalidade dos animais. (Melo e Barros, 2016).

3 As “sementes crioulas são aquelas utilizadas por comunidades tradicionais nas suas lavouras, com características peculiares que são a sua uniformidade e sua pureza, por não terem sofrido modificações genéticas como, por exemplo, a transgenia e o melhoramento genético” (Trindade, 2006, p. 15).

4 A coivara é uma técnica usada secularmente por populações tradicionais, ela consiste na abertura de uma área e queima da vegetação para posterior plantio.

5 Atividade coletiva tradicional presente em Vila União/Campina desde sua constituição, e é caracterizada pela ajuda mútua de muitos agricultores, para a roçagem da área para roça, para coivara, para o plantio da mandioca, sem a necessidade de pagamento em dinheiro para as pessoas que trabalhassem; na verdade, o pagamento era a troca de serviço. Assim, todos os agricultores tinham mão de obra suficiente para a realização do trabalho nas roças. Além disso, nessa atividade é comum o compartilhamento de comida e de bebida, esta última feita a partir da mandioca (tiberna).

6 É um adubo químico que contém os seguintes elementos: Nitrogênio, fósforo e potássio, importantes por auxiliarem no crescimento e aumento da produção das plantas.

Referências

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Quilombolas na ilha de Marajó: território e organização política. *In*: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; ACEVEDO MARIN, Rosa (org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: UNESP, 2009. v. 1, cap. 9, p. 209-227. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/540>. Acesso em: 10 nov. 2023.

ALVES, Ellem Suane Ferreira; FITA, Dídac Santos. As roças e o extrativismo na comunidade quilombola do Jacarequara, Santa Luzia do Pará, Nordeste Paraense. **Revista NERA**, v. 26, n. 66, p. 123-150, 2023.

ANGROSINO, Michael V. Etnografia e observação participante. 2009.

BEZERRA, Sueyla. **Agrobiodiversidade e conhecimentos locais das plantas alimentícias no quilombo de Deus Ajude, Arquipélago do Marajó – Pará**. 2020. 162f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). Programa de pós-graduação em

Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará. Belém.2020.

BRASIL. Presidência. Casa Civil. Grupo Executivo Interministerial. **Plano de desenvolvimento territorial sustentável do Marajó**. Brasília, DF, 313p. [2006].

BARGAS, Janine de Kássia Rocha; CARDOSO, Luís Fernando Cardoso. Social cartography and political organization among remaining quilombos communities from Salvaterra, Marajó, Pará, Brazil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 10, p. 469-488, 2015.

CAMPOS, Thalyta Brandão **A Morosidade do processo de titulação como ameaça às comunidades quilombolas do Marajó**: a análise da ação de antagonistas no município de Salvaterra. 2023. 98f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPGDSTU, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém.2023.

CANUTO, Antônio. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. **Revista Nera**, n. 5, p. 1-12, 2012.

CARDOSO, Luis Fernando Cardoso. “O suor marca a terra”: trabalho, direito e território quilombola na Ilha do Marajó, Pará. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, p. 75-92, 2015.

CASTRO, Edna Maria Ramos. *et al.* **Territórios em transformação na Amazônia**: saberes, rupturas e resistências. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFGA, 2017.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 342 p.

SOUZA, César Martins de. A região dos desejos e das aventuras: diálogos sobre grandes projetos de integração e desenvolvimento na Amazônia nos séculos XIX e XX. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 31, n. 48, p. 21-29, 2018.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Interação do gênero, da agrobiodiversidade e dos conhecimentos locais ao serviço da segurança alimentar**. Manual de formação, 2005. Disponível em: <https://www.fao.org/common-pages/search/en/?q=AGROBIODIVERSIDADE>. Acesso em 02 abr. 2023.

COSTA, Francisco de Assis. Questão agrária e macropolíticas para a Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, p. 131-156, 2005.

ESCADA, Maria Isabel Sobral; AMARAL, Silvana; FERNANDES, Danilo Araújo. Dinâmicas de ocupação e as transformações das paisagens na Amazônia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, p. e00021723, 2023.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente da; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso dos. Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia Marajoara. **REVISTA NERA**, n. 42, p. 135-161, 2018.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; CARVALHO, Rui de Amorim; PINTO, Luciano Pereira; SOUZA, Antônio Ferreira de; DIAS, Alcides Rodrigues; GLÓRIA, Ronnie F. Décio da. **Custo de produção de abacaxi no sudeste paraense**. Embrapa

Amazônia Oriental-Documentos (INFOTECA-E). 2002. Brasil. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/389710/1/OrientalDoc130.PDF>. Acesso em: 16 abr. 2023.

INSTITUTO PEABIRU. **Diagnóstico socioeconômico, ambiental e cultural do Arquipélago do Marajó**. 2011.

LIMA FILHO, Petrônio Medeiros. **Entre Quilombos**: circuitos de Festas de Santo e a construção de alianças políticas entre as Comunidades Quilombolas de Salvaterra-Marajó-Pará. 2014. 238f. Dissertação (Mestrado em Ciências sociais). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.

MACHADO, Altair Toledo; SANTILLI, Juliana; MAGALHÃES, Rogério. **A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico**: implicações conceituais e jurídicas. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

MELO, Maíra Fernanda Tavares de; BARROS, Flávio Bezerra. O mundo segundo os quilombolas do bairro alto (Ilha de Marajó): cosmovisões acerca da vida e das relações sociedade e natureza. **ACENO - Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 3, n. 6, p. 120-136, 2016.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização [Trad. de Rita Pereira]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, 372p.

PROETTI, Sidney. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: Um estudo comparativo e objetivo. **Revista Lumen** - ISSN: 2447-8717, v. 2, n. 4, 2018.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**, v. 5, p. 191-212, 1987.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**. Edições Loyola, 2002.

SIVIERO, Amauri; LESSA, Lauro Saraiva. **Agrobiodiversidade de mandioca do Acre**. 2020.

SANTILLI, Juliana; EMPERAIRE, Laure. A agrobiodiversidade e os direitos dos agricultores indígenas e tradicionais. **Povos indígenas no Brasil**, v. 2005, p. 100-103, 2001.

SANTILLI, Juliana. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. Editora Peirópolis LTDA, 2009.

SIVIERO, Amauri. et al. Agrobiodiversidade de mandiocas do Vale do Juruá. 2018. *In*: Congresso Brasileiro de mandioca, 17.; Congresso Latino-americano e Caribenho de mandioca, 2, Belém, PA. Anais... Belém, PA: SBM, 2018.

TRINDADE, Carina Carreira. Sementes crioulas e transgênicos, uma reflexão sobre sua relação com as comunidades tradicionais. *In*: **XV Congresso Nacional do Conpedi**. p. 15-18. 2006.

VELHO, Otávio. **Frente de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica, Zahar Editores, 1972.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Revista Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago/dez. 2014.